

## A FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA À LUZ DA MEMÓRIA COLETIVA INSTITUCIONAL

LA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EN VITORIA DA  
CONQUISTA-BA A LA LUZ DE LA MEMORIA COLECTIVA  
INSTITUCIONAL

**Luciana Canário Mendes**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
lucianacanario@gmail.com

**Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
apcasimiro@oi.com.br

### Resumo

Mediante as teorias da memória, o presente texto tece considerações sobre os sujeitos partícipes na implantação da Faculdade Formação de Professores em Vitória da Conquista – BA (FFPVC). Este trabalho é resultado da pesquisa de mestrado, que objetivou analisar a referida Instituição em sua trama social, a partir da documentação e da memória. Esta relação tornou-se necessária para recompor a atuação, no campo da memória coletiva, dos grupos sociais fundadores desta Instituição (docentes, discentes e funcionários). Sua implantação esteve imbricada no projeto político e intelectual de formação de profissionais da educação para o atendimento das Leis n 5.540/1968 5.692/1971, como também a outros interesses de ordem regional, econômica, política, etc.

**Palavras-chave:** História da educação. Ensino superior. Memória coletiva.

### Resumen

Por las teorías de la memoria, este texto teje consideraciones sobre los participantes en la implantación

de la Faculdade de Formação de Professores en Vitoria da Conquista – BA (FFPVC). Este artículo resulta de la investigación de maestría, que tuvo por objetivo analizar la institución a que se refiere en su trama social, a partir de la documentación y de la memoria. Esta relación se hizo necesaria para restaurar la actuación, en el campo de la memoria colectiva, de los grupos sociales fundadores de esta institución (profesores, estudiantes y técnicos). Su establecimiento estuvo imbricado en el proyecto político e intelectual de la formación profesional de la educación para cumplir con la ley núm. 5540/1968 5692/1971, así como otros intereses de regional, económica, política, etc.

**Palabras clave:** Historia de la educación. Educación superior. Memoria colectiva.

## 1. Introdução

Neste texto apresentamos uma análise resultante da pesquisa desenvolvida no mestrado sobre a Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista – BA. Dentre outros aspectos, consideramos que esta Instituição educacional foi vivenciada tanto por grupos que compartilharam experiências comuns, próximas, como por outros sujeitos que, externamente, partilharam do processo de constituição da mesma, formando o que se poderia denominar de memória coletiva institucional.

Em vista disso, recorreremos às assertivas de Maurice Halbwachs (1877-1945) que foi o primeiro teórico a analisar, de maneira sistemática, o caráter social da memória. Halbwachs foi influenciado marcadamente pela visão durkheimiana e se contrapôs à ideia de que a memória é um fenômeno eminentemente individual ou biológico, que era a ideia dominante nas pesquisas, até então.

Por sua vez, abordagens mais recentes se tornam imprescindíveis para ampliar essa discussão, ultrapassando a visão de estabilidade e coesão social entre os grupos que compartilham experiências numa mesma instituição, local, valores etc. Nessa perspectiva, recorreremos a Peralta (2007) e a Magalhães & Almeida (2011), que ressaltam as tensões e os conflitos presentes nas memórias coletivas e/ou sociais, pois, essas experiências comuns nos permitem visualizar que as memórias coletivas se relacionam com os diferentes grupos sociais que, por sua vez, estão integrados, mas também intrincados por rede de relações que compõem a sociedade concreta.

Partimos do princípio de que as instituições são vivenciadas por grupos sociais e constituem quadros sociais que demarcam o lugar e tempo dessas experiências, dando estabilidade aos grupos que compartilham particularidades mais comuns e outros representantes sociais (ou observadores), que, mesmo externamente, partilham da representação social da Instituição. Por isso, elegemos os seguintes grupos para este estudo: primeiros funcionários, professores e alunos.<sup>i</sup>

Realizamos uma pesquisa de caráter histórico-documental, bem como, recorremos aos depoimentos de pessoas que foram partícipes desse processo e que revelam as singularidades e temporalidades da trama constituída nestas narrativas, tendo em vista as percepções e apreciações, as correlações e tensões materializadas em seus discursos e, ao mesmo tempo, os materiais escritos que dão legitimidade legal à Instituição.<sup>ii</sup>

## **2. O Contexto da criação da FFPVC**

No ano de 1977 foi instituída a Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista (FFPVC), com a implantação do curso de Letras, que foi reconhecido pelo Decreto Federal nº 79.252. Em 11 de fevereiro de 1977, pelo Decreto Estadual nº 80.552, foi autorizado o funcionamento do curso de Estudos Sociais e, em 17 de maio de 1979, também via Decreto Estadual, de nº 83.548, foi autorizado o funcionamento do curso de Ciências (com habilitações em Física e Matemática).

Neste ínterim, em 1981, no mesmo prédio onde funcionava a FFPVC, foram iniciados os cursos técnico-profissionais. Primeiramente o curso de Bacharelado em Administração, que seria, depois, junto com as Faculdades de Formação de Professores de Vitória da Conquista e Jequié, pedra fundamental embrionária da Universidade do Sudoeste, logo seguidos de outros cursos.

Desde sua implantação até à sua autorização como Universidade, 1971 a 1987, respectivamente, essa Instituição desenvolveu uma política de implantação de novos cursos, capaz de atender às demandas apresentadas pelo mercado de trabalho e às necessidades sinalizadas pela comunidade. No ano de 1982, passaram a funcionar, integradas à UESB, a Escola de Agronomia, em Vitória da Conquista, a Escola de Enfermagem e Obstetrícia, em Jequié e a Escola de Zootecnia, em Itapetinga, com cursos de bacharelado com duração plena.

Pelos Decretos nº 119/87, do Conselho Estadual de Educação e Decreto nº 94.250, de 22 de abril de 1987, pelo Conselho Federal de Educação é autorizado o funcionamento da UESB, com sede em Vitória da Conquista<sup>iii</sup> e em outros dois *campi*: em Jequié e Itapetinga.

Para a compreensão e explicação da implantação dessa Instituição, recorreremos às narrativas de professores, alunos e funcionários, buscando entender a teia de relações e conexões que rodearam a implantação dessa faculdade. Tentamos ultrapassar os documentos oficiais escritos, a fim de vislumbrar aspectos significativos da relação entre a história e a memória dos sujeitos sociais que fizeram parte do processo educacional nessa cidade e região.

Como ressaltamos antes, nos embasamos nas assertivas de Maurice Halbwachs, especificamente na obra “*A memória coletiva*”, publicada postumamente em 1950. Ali o autor assegura que a memória individual existe a partir de uma memória coletiva que, por sua vez, é reconstruída a partir de quadros que compartilhamos socialmente:

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Segundo o referido autor, para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos literais, mas, sim uma base comum ou muitos pontos de contato entre as memórias. Nesse viés, toda recordação individual é sustentada pela memória social ou coletiva e, embora sejam categorias distintas, elas são interdependentes, uma vez que os grupos que vivenciaram dadas experiências garantem a continuidade do passado no presente.

Para este autor, a memória tem como suporte a linguagem,<sup>iv</sup> que pode ser considerada como o marco social<sup>v</sup> mais elementar e estável, pois ela possibilita a construção, transmissão e recordação dos conteúdos. E é ela quem permite a formulação de uma narrativa do “passado vivido” do indivíduo.

Evidentemente, Halbwachs (2006) não discorreu ou não se dispôs a analisar as contradições que aí aparecem, conforme a citação referenciada anteriormente. Entretanto, relembremos os estudos de Magalhães e Almeida (2011), os quais enfatizam que as memórias coletivas ocorrem em meio às tensões, conflitos e mecanismos de controle da transmissão da

memória social. Complementam essa discussão, os estudos de Peralta (2007) que destacam as tensões e os conflitos existentes entre o indivíduo e a coletividade.

A partir dessas considerações, compreendemos que o percurso dinâmico da pesquisa indica ser imprescindível a concepção dialógica da memória coletiva e/ou social, uma vez que não podemos separar o todo das partes, nem quando abordamos o social, o coletivo ou as particularidades. Foi sob essa perspectiva que situamos a implantação e evolução da FFPVC, utilizando como recurso de pesquisa a memória coletiva e/ou social.

### **3. A memória coletiva sobre a FFPVC**

Apesar de sujeitar a memória ao determinismo social, os postulados de Halbwachs (2006) denotam, em muitos aspectos, uma grande atualidade. O argumento de que memória se relaciona de maneira sistemática com os grupos sociais e que não havia como separar a memória individual da sua construção social, representa um bom ponto de partida para os estudos desta natureza. Para o teórico, a memória coletiva consiste no grupo visto por dentro, onde as semelhanças passam para o primeiro plano, por isso, buscamos nos relatos dos sujeitos institucionais os seus aspectos de conteúdo idêntico, ou seja, os diversos traços essenciais ao próprio grupo.

Sob essa ótica, foram recorrentes as informações referentes ao processo de implantação da Faculdade, para os professores, naquele momento histórico. O argumento mais apontado foi o de que a Faculdade deveria cuidar da preparação e capacitação de recursos humanos, em função do grande crescimento da rede pública de ensino, decorrente da urbanização e crescente demanda dos setores assalariados e da classe média baixa pelo acesso à educação universitária.

Foi usual nos depoimentos a justificativa de que o espaço da FFPVC era de formação, de reflexão, de pessoas abnegadas, harmônicas, sem vaidades e pertencentes a um espaço de reflexão.

Em relação ao recrutamento do corpo docente, os depoentes destacam que as ações aconteceram de quatro formas: num primeiro momento, os professores foram convidados, por reconhecido saber, respeitabilidade ou indicados politicamente; num segundo momento, foram escolhidos aqueles licenciados das cidades circunvizinhas e selecionados pelo DESAP; depois, foram selecionados por titulação e entrevista; e, por fim, os professores concursados por titulação, aula pública e entrevista.

Em vista disso, a Faculdade recebeu uma considerável quantidade de professores, muitos deles provenientes do curso oferecido pelo DESAP. Foi o período em que começaram a se estruturar os cursos existentes por áreas de concentração,<sup>vi</sup> que posteriormente, foram transformadas em departamentos, visando ao atendimento da Lei da Reforma Universitária.

Vale lembrar que, naquele tempo, a existência do professor licenciado ainda era muito rara em Vitória da Conquista. Uma professora afirmou que “podia-se contar a dedo o número de licenciados disponíveis”. Mas, com a proliferação das licenciaturas plenas nas capitais e a implantação paulatina dos cursos de especialização *lato e stricto sensu*, os contratados da FFPVC e UESB se viram obrigados a buscar novas formas de especializações em outras regiões do país como Belo Horizonte, São Paulo, Salvador e Paraíba, onde cursavam novas modalidades de pós-graduações. Aos poucos, o que era exceção passou a ser regra.

As comunidades científicas já visualizavam os problemas futuros decorrentes da modalidade de ensino superior implantada nas Faculdades, isto é, nas licenciaturas curtas. O maior problema era o de formar professores rapidamente e a baixos custos, com uma carga horária reduzida e o processo formativo bastante aligeirado, para suprir a demanda existente. A propósito, Chauí (1977) destaca que esses cursos surgiram por uma necessidade de formação rápida e generalista de professores para atenderem à demanda de alunos no país. Então,

O que é um professor curto? Um licenciado encurtado é curto em todos os sentidos: formação em tempo curto; a curto preço para a escola (mas a alto custo para o estudante), intelectualmente curto. Portanto, um profissional que dará aulas medíocres a baixo preço remunerado apenas pela hora-aula, sem condições de prepará-las. Incapacitado para a pesquisa – por falta de formação anterior e de condições para cursar uma pós-graduação – é um professor dócil. Dócil às empresas porque é mão-de-obra farta e barata; dócil ao Estado porque não pode refletir face à sociedade e ao conhecimento. Com esta degradação do professor em termo sociais e intelectuais, trazida pela reforma, reduz-se o nível do ensino e prepara-se a morte da pesquisa exemplar (CHAUÍ, 1977, p. 131).

Outrossim, outras legislações implementadas neste período só podem ser entendidas com “uma feição predominantemente organizacional, com clara inspiração taylorista e economicista” (CUNHA, 2003, p.180). Não obstante, foram estabelecidas novas bases e novos planos de reestruturação do ensino superior, com o intuito de “resolver” problemas como a formação de quadros de docentes para vencer o baixo índice de matrículas; da

fragmentação entre ensino, pesquisa e extensão; da falta de dedicação dos professores e definir cursos prioritários ao desenvolvimento econômico (SAVIANI, 2010). Esse posicionamento foi mencionado por uma professora:

Como as mudanças do governo ditatorial tinham sido muito rápidas, a qualificação de um corpo docente “adestrado” para as funções educacionais também tinham que ser rápidas. Foi uma solução apressada que prejudicou muito a qualidade do ensino, pois os professores eram polivalentes, mas, os conteúdos aprendidos não tinham condição de serem aprofundados.

No entanto, para a maioria dos depoentes, mesmo compreendendo o caráter aligeirado das licenciaturas, como o próprio nome e a própria carga horária denunciaram, a Lei nº 5.692/1971 estava posta e necessitava serem cumpridos os pré-requisitos do corpo docente. Somente no início dos anos de 1980, é que começaram a plenificar as licenciaturas e a desdobrar os cursos para atender a cada *campus*.

Não obstante, para grande parte dos professores e alunos entrevistados, essas Faculdades representaram um avanço, porque, a partir daquele momento, um professor formado em Letras, Estudos Sociais ou Ciências, mesmo que em licenciatura curta, representava mais do que um professor leigo.

Conforme o depoimento de outra professora:

Deve ter sido bom para os professores, para seus alunos, para seus filhos, para a família, para a cidade, mas, não podemos superdimensionar uma coisa cuja dimensão era ainda muito pequena. Eu poderia dizer que ela era pequena e insuficiente se formos comparar com as faculdades da capital, naquela época, ou com as faculdades do sul do País, com a USP, UNICAMP, etc., mas, esta foi a que nos coube, ou seja, antes com ela do que sem nada. Entretanto, acho que o embrião germinou e graças às facilidades de comunicação, transporte, telefonia, informática que temos hoje.

É imprescindível destacar que, as mudanças na legislação educacional eliminaram conteúdos humanísticos dos currículos, e promoveram um verdadeiro aparato fiscalizador, ideológico e repressivo nas faculdades e universidades então existentes. Mencionadas mudanças impuseram um “cardápio” pronto, no qual currículos, conteúdos, estatutos e regulamentos, bem como os professores arregimentados e preparados aligeiramente, faziam parte de um plano redondo e pré-concebido, com inspiração em modelos norte-americanos.

Para além do contexto, isso leva a crer que tanto os alunos das licenciaturas curtas da FFPVC, quanto aqueles que faziam cursos plenos nas mencionadas cidades obtinham uma melhoria no seu nível de escolaridade, sendo que aqueles que viajavam, se sacrificavam um pouco mais para que esse nível fosse mais alto. Além disso, as habilitações oferecidas pelos cursos de Pedagogia preparavam o aluno para cargos gestores (direção, vice direção, coordenação escolar, supervisão, orientação) ou para ministrarem aulas no curso da Escola Normal de Vitória da Conquista.<sup>vii</sup>

No que concerne à repercussão social e educacional da FFPVC, foi voz geral entre os entrevistados que, naquela época, a questão do ensino superior na Bahia começava a engatinhar e muitos alunos mudaram sua visão de mundo, sua consciência política e seus conhecimentos por causa da oportunidade que tiveram em frequentar uma faculdade.

Sobre o perfil corpo discente, os depoentes destacaram que as primeiras turmas eram constituídas de pessoas mais amadurecidas, na sua experiência de vida e na sua história. Contudo, os livros de matrícula<sup>viii</sup> registram um alunado jovem,<sup>ix</sup> retificando os depoimentos, com maioria feminina (grande desproporção em relação a homens), sendo que muitas dessas já trabalhavam como professoras. Então, a aprovação em vestibular indica nível de preparo para acesso ao curso superior. Convém lembrar que não havia cursos de preparação ao vestibular na cidade e, até 1977 essa situação persistiu.

No que concerne à naturalidade dos alunos, grande parte dos alunos são de Vitória da Conquista e cidades circunvizinhas, com poucas exceções de estudantes dos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Piauí.

Em relação à transição jurídica, uma das professoras entrevistadas, comenta que a FFPVC nasceu por uma contingência política, mas, a UESB foi uma consequência da semente que a FFPVC plantou e fez germinar, ou seja, a constituição de uma Universidade foi consequência natural do empenho da comunidade, dos egressos e também dos docentes.

Entretanto, uma professora depoente, remanescente da FFPVC, argumenta que a participação política, o engajamento e as atividades acadêmicas eram tímidas, estreitas e, muitas vezes, equivocadas, uma vez que a perspectiva acadêmica ainda era estreita. Só aos poucos, aquela mentalidade inicial foi sendo substituída por outra acadêmica e política mais universal.

É importante ressaltar que aquele era um momento especialmente crítico da história e da história da educação no Brasil, em fase de endurecimento de um governo ditatorial, no qual



aconteceram alarmantes perdas de liberdade civil e direitos democráticos, observamos uma forte dissenção entre os objetivos e estratégias por parte deste governo imposto e as aspirações de segmentos da sociedade em busca de melhores condições de vida, por meio da educação.

Destarte, a Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista que permanece na memória institucional, aqui analisada, foi perpassada por uma multiplicidade de ações e vozes. Na busca dessas inúmeras possibilidades de significados, consideramos que a memória indicou uma teia de relações e conexões que nos possibilitou vislumbrar aspectos significativos da Instituição e de sujeitos sociais, que cruzam com a história da própria cidade, em seus desejos e ambições educacionais, como uma referência regional. Pessoas já conhecidas (a maioria) indicava o caminho do estudo, a insatisfação quanto ao estágio de sua formação e, por isso, o retorno à sala de aula, com repercussão posterior em sua ação profissional.

A par disso, num amplo espaço geográfico do interior da Bahia, a FFPVC era uma exceção: curso superior, algo inatingível para muitos. Distante do litoral, onde se situavam algumas instituições desse nível de ensino, no tempo analisado, e de Belo Horizonte (outro centro educacional), foi à oportunidade única para pessoas que já ensinavam em cursos médio e secundário ou pessoas que buscavam o magistério como profissão, como decorreu alguns depoimentos.

Nessa perspectiva, os relatos orais abstraídos desses sujeitos sociais sobre suas funções na Instituição revelaram valores, interações sociais, dentre outros aspectos. Seriam, portanto, as permanências e continuidades de valores dos grupos (HALBWACHS, 2006). Por isso, consideramos que os testemunhos constituem importantes mecanismos da memória, pois retratam o que assegurou a coesão do grupo e o sentimento de pertencimento, ou seja, a valorização desta Instituição no tempo.

Concordamos com Magalhães e Almeida (2011) sobre a existência de diversas memórias coletivas, plurais, que se imbricam por interesses de seus grupos de referência social ou conforme as exigências e necessidades do presente, por isso, categorizamos neste estudo a memória coletiva institucional.

Mesmo diante das contradições, a memória dos professores e alunos se ampara em um quadro social, que era a necessidade de uma instituição de ensino superior na cidade. A partir

da evidência empírica, podemos destacar que houve certo consenso na importância e na vitalidade da FFPVC para a implantação da futura Universidade.

Em síntese, a FFPVC (depois UESB) foi fruto de interesses contraditórios de ordem econômica, social, política, ideológica, religiosa e cultural, dentre outros. Assim sendo, apresenta aspectos importantes que sustentam a memória individual, coletiva e social constituída sobre a educação superior nesta cidade.

#### **4. A título de conclusão**

Assim, além das fontes escritas, as fontes orais possibilitaram novas perspectivas de leitura e de interpretação. As narrativas, especialmente, tornaram possível o processo de recuperação da memória social de uma época, visto que os múltiplos relatos só podem ser compreendidos a partir de um contexto sedimentado historicamente.

Em síntese, a combinação de fontes informativas com os relatos de memória nos permitiu, neste trabalho, juntar as visões individuais, lembradas com os números frios de dados ou notícias impressas, à luz de um contexto bastante peculiar na história do Brasil, e repensar o cenário mundial configurado no contexto em estudo. Vale lembrar que a universidade brasileira da época, como parte do todo social, estava abissalmente cindida por questões pertinentes à política interna e ao fórum de discussão mundial quanto ao modelo de universidade ideal.

A FFPVC e a UESB, não ficaram fora dessa contradição. Ao contrário, desde a sua origem foi palco e alvo acirrado das disputas que aconteciam nas outras universidades, na comunidade regional e na sociedade no seu todo.

Entretanto, na sociedade cindida por extremos ideológicos inspirados na guerra fria, parte dos candidatos ao ensino superior via a universidade apenas como um caminho para realização pessoal, profissionalização ou ascensão social. Nesse caso, saudaram a chegada do ensino superior pelo seu valor intrínseco. Outra parte vislumbrava as ações governamentais como este plano redondo e pré-concebido que oferecia a educação, por um lado, mas subtraía (direitos e liberdades) por outro lado.

Mas, o valor simbólico do ensino superior para as camadas que almejavam a ascensão profissional, fossem eles professores ou alunos, também é um dos indicativos da realização deste nível de ensino no interior do Estado, ou seja, havia também uma preocupação em subir na carreira, com a mudança de nível.

Observamos também que, apesar de ficar configurada uma memória coletiva, muitos dos depoentes não vivenciaram inteiramente a FFPVC e as transformações históricas da UESB e da universidade brasileira no geral. Os professores que passaram pela FFPVC nos primeiros anos da década de 1970, ou aqueles que já ingressaram na recém fundada UESB nos anos de 1980, tinham visões diferenciadas da Instituição e dos seus problemas. O mesmo argumento vale para aqueles que ingressaram após o fim da ditadura. Daí ficarem explicadas algumas visões românticas de engajamento, dedicação total ou de atividade acadêmica extrema. O próprio crescimento da Universidade e a agilidade das comunicações com outras instituições mudou o perfil dos agentes entrevistados. Poderíamos falar, portanto, em memória de vários grupos intersectados.

Enfim, chegamos até aqui, ainda com algumas lacunas a serem respondidas e pesquisadas e com forte intenção de dar continuidade a essa temática, considerando que as fontes escritas e orais encontradas nos possibilitam outros levantamentos correspondentes à memória e à história do ensino superior nesta cidade.

## Referencias

CHAUÍ, Marilena. Folha de São Paulo, 06 jul. 1977. In: PILETTI, N. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

CUNHA, Maria Couto. **A dinâmica e os fatores condicionantes da criação de cursos da educação superior no Estado da Bahia**. 2003. 202f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

MAGALHÃES, Livia Diana R.; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas. Relações simbióticas entre memória, ideologia, história da educação. In: CASIMIRO, Ana Palmira B. S. Casimiro; LOMARDI, José Claudinei (orgs.). In: **História, memória e educação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

NAMER, Gérard. Posfácio. In: **Os marcos sociais da memória**. Universidade Central da Venezuela, 2004.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. In: **Revista Arquivos da Memória**. Lisboa: Nova série, nº. 02, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et al.]. **Instituições escolares no Brasil - conceito e**

reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2010. – (Coleção Memória da Educação).

UESB. **Catálogo geral da Autarquia Universidade do Sudoeste**, 1982.

## Notas

---

<sup>i</sup> Devido à resistência, optamos pela não identificação nominal dos sujeitos, mas, pela posição profissional dos mesmos na instituição. No total foram entrevistados quatro alunos, oito professores, dois funcionários e seis representantes da comunidade.

<sup>ii</sup> Precisamos destacar que essa Instituição posteriormente, junto com a Faculdade de Formação de Professores de Jequié, com as Escolas de Administração em Vitória da Conquista e com a Escola de Zootecnia de Itapetinga, veio a transformar-se na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

<sup>iii</sup> Especificamente, o *campus* de Vitória da Conquista foi construído a 3 km da área urbana. Essa distância entre as comunidades local e universitária parece ser uma característica geográfica da maioria das universidades criadas durante o regime civil-militar.

<sup>iv</sup> Segundo Namer (2004), um estudioso da teoria halbwachiana, a memória individual é sustentada pelos marcos sociais e linguísticos.

<sup>v</sup> No que concerne à definição de um marco social da memória, Namer assegura que Halbwachs a utilizou inicialmente em 1912 para se referir a uma estrutura que unifica o pensamento de um grupo ou de uma classe social, portanto, se caracteriza por um sistema de representações de valores e necessidades centrais.

<sup>vi</sup> A saber: Comunicação e Expressão, Educação, Estudos Sociais e Ciências.

<sup>vii</sup> Na época da FFPVC eram essas as maiores expectativas, tanto dos professores quanto dos alunos da Instituição – além daqueles das redes municipal e estadual. Como já foi dito, naquele momento pouco se falava em cursos *stricto sensu* e, mesmo as especializações *lato sensu* eram raras.

<sup>viii</sup> Livros custodiados pelo Arquivo Público do Museu Pedagógico/UESB e composto por: Letras (cinco livros de matrículas), Estudos Sociais (três livros) e Ciências (apenas um).

<sup>ix</sup> O termo jovem costuma ser utilizado para designar a pessoa entre 15 e 29 anos, seguindo a tendência internacional.

## Sobre as autoras

### **Luciana Canário Mendes**

Doutoranda e Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB); bolsista CAPES, Membro do Grupo de Pesquisa Fundamentos em Memória, Religião, Imagem e Educação.

### **Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro**

Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (UESB), Coordenadora do Grupo de Pesquisa Fundamentos em Memória, Religião, Imagem e Educação.